

Rodovia das Cataratas
S.A. - Ecocataratas

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2008 e de 2007 e
Parecer dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas
Cascavel - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Companhia”), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, sem ressalva, datado de 11 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Deloitte Touche Tohmatsu

5. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2009



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos	4	4.117	1.284	Fornecedores		3.999	2.597
Aplicações financeiras	5	-	8.059	Empréstimos	10	40.855	28.973
Clientes	6	2.696	1.182	Obrigações sociais		1.545	1.713
Impostos a recuperar		121	191	Empresas ligadas	11	1.216	3.259
Despesas antecipadas		924	1.150	Impostos, taxas e contribuições		1.703	1.912
Outros créditos		374	1.503	Provisão para imposto de renda e contribuição social		76	100
Total do ativo circulante		<u>8.232</u>	<u>13.369</u>	Dividendos a pagar		6.046	18.249
				Juros sobre o capital próprio a pagar		192	-
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		16	203
Realizável a longo prazo:				Total do passivo circulante		<u>55.648</u>	<u>57.006</u>
Empresas ligadas	11	-	3.266				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	936	1.310	NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		388	414	Provisões para contingências	12	1.511	1.668
Total do realizável a longo prazo		<u>1.324</u>	<u>4.990</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	322	12.704
				Total do passivo não circulante		<u>1.833</u>	<u>14.372</u>
Imobilizado							
Intangível	7	93.239	121.256	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante	8	<u>94.884</u>	<u>126.656</u>	Capital social	13 (a)	41.849	41.849
				Reserva de reavaliação	13 (d)	-	24.660
				Reserva legal	13 (b)	3.786	2.138
				Total do patrimônio líquido		<u>45.635</u>	<u>68.647</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>103.116</u></u>	<u><u>140.025</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>103.116</u></u>	<u><u>140.025</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2008	2007
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	14	125.490	113.922
Receitas acessórias	14	4.960	4.667
		<u>130.450</u>	<u>118.589</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação		<u>(11.446)</u>	<u>(10.320)</u>
RECEITA LÍQUIDA		119.004	108.269
Custo dos serviços prestados	15	<u>(47.304)</u>	<u>(78.978)</u>
LUCRO BRUTO		71.700	29.291
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	15	(19.879)	(5.528)
Outras receitas, líquidas		293	5
		<u>(19.586)</u>	<u>(5.523)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		52.114	23.768
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	495	2.198
Despesas financeiras	16	<u>(3.998)</u>	<u>(4.978)</u>
		<u>(3.503)</u>	<u>(2.780)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		48.611	20.988
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9 (c)	(14.964)	(5.654)
Diferidos	9 (c)	(696)	(933)
		<u>(15.660)</u>	<u>(6.587)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>32.951</u>	<u>14.401</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)		<u>41.849</u>	<u>41.849</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		<u>0,79</u>	<u>0,34</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	13 (b)	41.849	30.409	1.178	-	73.436
Realização da reserva de reavaliação		-	(5.749)	-	5.740	(9)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.401	14.401
Destinação do lucro:						
Reserva legal		-	-	960	(960)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,44 por ação)		-	-	-	(18.249)	(18.249)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,02 por ação)		-	-	-	(932)	(932)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		41.849	24.660	2.138	-	68.647
Ajustes de exercícios anteriores - aplicação da Lei nº 11.638/07	2	-	(24.660)	-	-	(24.660)
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2008		41.849	-	2.138	-	43.987
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.951	32.951
Destinação do lucro:						
Reserva legal	13 (b)	-	-	1.648	(1.648)	-
Dividendos distribuídos (R\$ 0,54 por ação)	13 (c)	-	-	-	(22.734)	(22.734)
Dividendos propostos (R\$ 0,14 por ação)	13 (c)	-	-	-	(6.046)	(6.046)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,06 por ação)	13 (c)	-	-	-	(2.523)	(2.523)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		41.849	-	3.786	-	45.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	48.611	20.988
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	14.215	22.083
Baixa do ativo imobilizado	1.445	45
Constituição (reversão) de provisões para contingências	(157)	248
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos	3.428	3.638
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.514)	220
Empresas ligadas	3.266	(3.266)
Impostos a recuperar	70	173
Despesas antecipadas	226	(37)
Outros créditos	1.155	1.865
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.402	292
Obrigações sociais	(168)	151
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(209)	1.875
Juros pagos	(3.514)	(4.261)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.362)	(10.739)
Outras contas a pagar	(187)	(1.071)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>52.707</u>	<u>32.204</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(23.905)	(22.440)
Aquisição de intangível	(71)	(34)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>(23.976)</u>	<u>(22.474)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empresas ligadas	(2.043)	(451)
Captação de empréstimos - terceiros	11.400	28.972
Pagamento de empréstimos	-	(36.439)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(43.314)	(1.941)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(33.957)</u>	<u>(9.859)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	<u>(5.226)</u>	<u>(129)</u>
Caixa, bancos e aplicações financeiras no início do exercício	9.343	9.472
Caixa, bancos e aplicações financeiras no fim do exercício	<u>4.117</u>	<u>9.343</u>
	<u>(5.226)</u>	<u>(129)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	130.450	118.589
Outras receitas	293	5
	<u>130.743</u>	<u>118.594</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custos dos serviços prestados	(13.223)	(15.772)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(28.675)	(35.096)
	<u>(41.898)</u>	<u>(50.868)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>88.845</u>	<u>67.726</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(14.215)	(22.083)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>74.630</u>	<u>45.643</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	495	2.198
Outras	196	5
	<u>691</u>	<u>2.203</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>75.321</u>	<u>47.846</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>75.321</u>	<u>47.846</u>
Pessoal:	9.927	9.737
Remuneração direta	6.095	6.318
Benefícios	2.867	2.848
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	965	571
Impostos, taxas e contribuições:	28.717	19.629
Federais	22.039	12.767
Estaduais	272	893
Municipais	6.406	5.969
Remuneração de capitais de terceiros:	3.726	4.079
Juros	3.726	4.079
Remuneração de capitais próprios:	32.951	14.401
Juros sobre o capital próprio	2.523	932
Dividendos	28.780	12.509
Lucro retido (reserva legal)	1.648	960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas” ou “Companhia”), constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do lote 003 da rodovia BR 277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Companhia, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços Bacellar inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente desde o final do ano 2002, pela Administração da Companhia e pelo Governo do Estado do Paraná.

Os processos judiciais abrangem encampação, desapropriação, equilíbrio econômico-financeiro e reajustes tarifários; as causas são acompanhadas por advogados internos e consultores jurídicos externos. As decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis à Companhia.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas se estenderá, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão de um trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

Em 6 de fevereiro de 2008, a concessionária Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela Primav EcoRodovias S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Companhia exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de reserva de reavaliação e lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007, e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações efetuadas foram:

- Em atendimento ao item 51 do Pronunciamento Técnico CPC 13, a Companhia não está apresentando a demonstração das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.
- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.
- Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 14. A adoção desse pronunciamento não gerou diferenças relevantes.
- Os ajustes gerados pela adoção das normas e dos pronunciamentos contábeis são os seguintes:

	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo anterior à aplicação da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	68.647
Efeitos da Lei nº 11.638/07:	
Estorno da reserva de reavaliação líquida dos impostos diferidos	(24.660)
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2008	<u><u>43.987</u></u>

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- as receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio;
- as despesas são registradas quando incorridas; e
- as receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas” no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativos circulante e não circulante

- Aplicações financeiras

Representadas por operações de curto prazo e de liquidez imediata e estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços patrimoniais, que não excede o valor de realização.

- Clientes

Apresentadas pelos respectivos valores de realização e podem incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Permanente

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custos dos serviços prestados” na demonstração do resultado. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados como obras em andamento.

Os encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com a Deliberação CVM nº 193/96.

- Intangível

Registrado ao custo de aquisição, sendo composto por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de até cinco anos.

- “Impairment” sobre ativos permanentes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisões para contingências e obrigações legais

Atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiadas na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa nº 12.

As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

- Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

e) Juros sobre o capital próprio

São calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos e para fins fiscais são tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

f) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

4. CAIXA E BANCOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa geral	717	1.077
Numerário em trânsito (*)	2.965	207
Fundo de troco	435	-
	<u>4.117</u>	<u>1.284</u>

(*) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágio realizada nos últimos dias do mês.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Recursos não vinculados	<u>-</u>	<u>8.059</u>

Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 101% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam de um a três meses em média.

6. CLIENTES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Pedágio eletrônico	1.755	383
Outras contas	941	799
	<u>2.696</u>	<u>1.182</u>

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
A vencer	941	1.182
Vencidos:		
Até 30 dias	<u>1.755</u>	<u>-</u>
	<u>2.696</u>	<u>1.182</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Demais melhorias e ampliações	7,9	32.938	(14.920)	18.018	21.362
Pavimentações e conservação especial	11,0	136.585	(76.455)	60.130	89.329
Sinalização e dispositivos de segurança	8,9	10.595	(7.576)	3.019	2.463
Hardware e equipamentos de pedágio	21,4	5.717	(3.367)	2.350	921
Máquinas e equipamentos	10,1	2.292	(974)	1.318	807
Móveis e utensílios	10,0	459	(367)	92	87
Instalações	10,5	8.413	(3.685)	4.728	4.857
Obras em andamento (*)		1.248	-	1.248	771
Outros	16,8	<u>4.063</u>	<u>(1.727)</u>	<u>2.336</u>	<u>659</u>
		<u>202.310</u>	<u>(109.071)</u>	<u>93.239</u>	<u>121.256</u>

(*) Refere-se a obras de melhoria no sistema rodoviário que estão em fase de execução; a depreciação será iniciada após sua conclusão.

Conforme o artigo 6º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), a Companhia decidiu pelo estorno da reavaliação anteriormente registrada em seu ativo imobilizado (nota explicativa nº 2).

8. INTANGÍVEL

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	14	(3)	11	12
Software	<u>1.410</u>	<u>(1.100)</u>	<u>310</u>	<u>398</u>
	<u>1.424</u>	<u>(1.103)</u>	<u>321</u>	<u>410</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, referem-se também aos previstos na Lei nº 11.638/07 e têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativos-		
Não circulante-		
Imposto de renda-		
Sobre diferenças temporais	<u>936</u>	<u>1.310</u>
Passivos-		
Não circulante-		
Imposto de renda e contribuição social-		
Sobre diferenças da reserva de reavaliação	<u>-</u>	<u>12.704</u>
Sobre diferenças da Lei nº 11.638/07	<u>322</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2007, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se à reavaliação de ativos, os quais a Companhia estornou no exercício de 2008.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(10.984)	(4.202)
Imposto de renda diferido	<u>(523)</u>	<u>(562)</u>
	<u>(11.507)</u>	<u>(4.764)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(3.980)	(1.452)
Contribuição social diferida	<u>(173)</u>	<u>(371)</u>
	<u>(4.153)</u>	<u>(1.823)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	48.611	20.988
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(16.528)	(7.136)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	858	317
Outros	10	232
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(15.660)</u>	<u>(6.587)</u>

10. EMPRÉSTIMOS - CIRCULANTE

<u>Cretores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa média anual de juros</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Itaú BBA S.A.	Nacional	Novembro/2009	137% do CDI	<u>40.855</u>	<u>28.973</u>

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela controladora Primav EcoRodovias S.A.

11. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, para execução e administração de obras e melhorias, bem como serviços administrativos e financeiros.

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativos a operações com empresas relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<u>Balanco patrimonial</u>			<u>Resultado</u>	
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo permanente</u>	<u>Passivos circulante e não circulante</u>	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais</u>
<u>Sociedade</u>	<u>Créditos diversos</u>	<u>Imobilizado</u>	<u>Contas a pagar</u>		
ESCS Centro Serv. Corp. Ltda.	-	-	695	-	8.003
ESCE Centro Serv. Corp. Ltda.	-	-	521	5.994	-
2008	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.216</u>	<u>5.994</u>	<u>8.003</u>
2007	<u>3.266</u>	<u>12.432</u>	<u>3.259</u>	<u>27.702</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em 31.12.2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31.12.2008</u>
Cível (a)	2.081	716	(1.082)	151	1.866
Trabalhista (b)	875	385	(735)	-	525
Tributária (c)	1.326	-	(764)	49	611
	<u>4.282</u>	<u>1.101</u>	<u>(2.581)</u>	<u>200</u>	<u>3.002</u>
Depósitos judiciais (d)	<u>(2.614)</u>	<u>-</u>	<u>1.123</u>	<u>-</u>	<u>(1.491)</u>
	<u><u>1.668</u></u>	<u><u>1.101</u></u>	<u><u>(1.458)</u></u>	<u><u>200</u></u>	<u><u>1.511</u></u>

a) Processos cíveis

Correspondem a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras contingências de natureza cível que totalizam R\$ 1.122 em 31 de dezembro de 2008, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. Em 31 de dezembro de 2008, existem processos que totalizam R\$ 2.070, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, existem outros processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o capital social era de R\$ 41.849, representado por 41.849.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da TJLP vigente no exercício, no montante de R\$ 2.523 (R\$ 378 de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras e estão demonstrados como distribuição de dividendos, não sendo apresentados, entretanto, na demonstração do resultado, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$ 40.983 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo R\$ 18.249 referentes ao lucro de 2007 e R\$ 22.734 relativos a lucros intermediários de 2008.

	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	32.951
Constituição da reserva legal - 5%	(1.648)
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários	(22.734)
Dividendos propostos	(6.046)
Juros sobre o capital próprio	(2.523)

d) Reserva de reavaliação

Conforme o artigo 6º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), a Companhia decidiu pelo estorno da reavaliação anteriormente registrada em seu ativo imobilizado.

14. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita de arrecadação:		
Pedágio em numerário	99.435	90.651
Vale-pedágio	23.322	22.941
Pedágio por equipamento eletrônico	2.373	-
Pedágio em cupons	360	330
	<u>125.490</u>	<u>113.922</u>
Receitas acessórias (*)	<u>4.960</u>	<u>4.667</u>
Receita bruta	<u>130.450</u>	<u>118.589</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos.

15. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2008</u>				<u>2007</u>	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis- trativas	Total	Var. %	Total	Var. %
Pessoal	7.869	3.133	11.002	16,4	11.239	13,3
Conservação e manutenção	10.881	-	10.881	16,2	32.172	38,1
Serviços de terceiros (*)	7.929	15.326	23.255	34,6	10.001	11,8
Seguros	1.749	-	1.749	2,6	2.149	2,5
Poder Concedente	2.341	-	2.341	3,5	2.242	2,7
Depreciação/amortização	14.156	59	14.215	21,2	22.083	26,1
Outras	2.379	1.361	3.740	5,5	4.620	5,5
	<u>47.304</u>	<u>19.879</u>	<u>67.183</u>	<u>100,0</u>	<u>84.506</u>	<u>100,0</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por vigilância - 34%, assessoria e consultoria - 45%, serviço de limpeza - 14% e outros - 7%.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras em fundos de investimentos	454	1.235
Variação monetária ativa	17	897
Outras	24	66
	<u>495</u>	<u>2.198</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(3.428)	(3.638)
Variação monetária passiva	(215)	(195)
Impostos sobre operações financeiras	(272)	(433)
Outras	(83)	(712)
	<u>(3.998)</u>	<u>(4.978)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.503)</u>	<u>(2.780)</u>

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais:

- Aplicações financeiras: são classificadas como mantidas até seu vencimento. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Contas a receber: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados. O valor registrado e as taxas de captação dos empréstimos aproximam-se do valor de mercado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são como segue:

	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<u>Ativos:</u>				
Aplicações financeiras	-	-	8.059	8.059
Clientes	2.696	2.696	1.182	1.182
<u>Passivos:</u>				
Empréstimos	40.855	40.855	28.973	28.973

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI, em empréstimos contraídos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na maioria vinculadas à variação do CDI.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e clientes.

e) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representado substancialmente por aplicações financeiras e empréstimos, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras.

18. SEGUROS CONTRATADOS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em virtude do cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2008, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Riscos patrimoniais	31/12/2008 a 31/12/2009	250.000
Riscos de engenharia	30/12/2008 a 30/12/2009	500.000
Responsabilidade civil	30/12/2008 a 30/12/2009	15.000.000
